DIREITO PÚBLICO
Revista do Departamento Jurídico do Estado de Minas Gerais

volume II, 1960

I - DOUTRINA

- Coincidência dos mandatos eletivos. *MILTON SOARES CAMPOS*

- Projeto de um estaturo social do trabalhador rural. *WELLINTON BRANDÃO*

- Suspensão pelo Senado Federal da eficácia de lei ou decreto declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. *JOSÉ DE MESQUITA LARA*

II - PARECERES

- Destituição de prefeito. *LAURO FONTOURA*

- Constitucionalidade do imposto de industrias e profissões. *F. C. DE SAN TIAGO DANTAS*

- Propriedade das ilhas em rios que banham mais de um estado. *A. GONÇALVES DE OLIVEIRA*

- Inconstitucionalidade da Lei nº 1509, de 26 de dezembro de 1956. *ANTÔNIO CARLOS VIEIRA CHRISTO*

- Registro Público. Escrita do comerciante. *JOSÉ MAURÍCIO PENA*

- Aposentadoria. Lei vigente. *JOSÉ DE MESQUITA LARA*

- Abono de família. *CELSO DE AZEVEDO ANDRADE*

- Interpretação da Lei nº 1401. *MÁRCIO RIBEIRO VIANNA*

- Conceituação do extranumerário. *HÉLIO CAETANO DA FONSECA*

- Ilhas em rio de águas públicas interestaduais. *FARJARDO NOGUEIRA DE SOUSA*

- Proteção à família. *ROLDÃO DE ALMEIDA*

- Instituto da promoção. Aproveitamento. *PAULO GOMES*

- Conceito de assalariado. *JÚLIO FALCONE*

III - JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Imposto de transmissão "causa-mortis".

- Prescrição quinquenal das ações contra a Fazenda Pública.

- Imposto "causa-mortis".

- Dívida de pecuarista.

- Município.

- Taxa de Recuperação Econômica do Estado de Minas Gerais.

- Inconstitucionalidade dos arts. 34 e 104 da Constituição do Ceará.

- Autonomia Municipal.

- Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Expropriação pelo valor contábil de suas ações.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- Desapropriação de ações.

- Gratificação adicional.

IV - SERVIÇO FORENSE

- Limites entre Minas Gerais e Espírito Santo ao norte do Rio Doce - *A.GONÇALVES DE OLIVEIRA.*

V - LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- Lei nº 1.906, de 23 de janeiro de 1959.

- Lei nº 2.001, de 17 de novembro de 1959.